



ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

DESTAQUES (R\$ MM)		4T25	4T24	Δ %	2025	2024	Δ %
Margem Bruta		40	41	(2%)	122	146	(16%)
EBITDA		23	26	(12%)	90	86	5%
Resultado Financeiro		(5)	(6)	(17%)	(13)	(22)	(41%)
Lucro Líquido		6	8	(25%)	39	17	129%

Indicadores Financeiros de Dívida¹

	2025	2024	Δ %
Dívida Líquida²/EBITDA³	1,16	1,14	0,02

¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
 ² Dívida líquida de disponibilidade, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
 ³ EBITDA 12 meses

Destaque Financeiro e Operacional:

- Margem bruta de R\$ 40 milhões em 4T25 (em linha vs. 4T24) e R\$ 122 milhões em 2025 (-16% vs. 2024).
- EBITDA de R\$ 23 milhões no 4T25 (-12% vs. 4T24) e de R\$ 90 milhões em 2025 (+5% vs. 2024).
- Disponibilidade de 99,34% no 4T25 (vs. 96,45% no 4T24). Nos últimos 60 meses de operação, a disponibilidade foi de 96,75%, mantendo-se acima da referência regulatória.
- Geração de 188,5 GWh no 4T25 (-31% vs. 4T24) e 674,9 GWh em 2025 (-42% vs. 2024), devido à menor aflicção no período.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2025 representou um ano de grandes conquistas para a Neoenergia, marcado por resultados sólidos e avanços estratégicos que reforçam nosso papel como protagonistas do setor elétrico brasileiro. Encerramos o ano com EBITDA de R\$ 14,3 bilhões e Lucro Líquido de R\$ 5 bilhões, crescimento de respectivamente 14% e 38% em relação ao ano anterior, mesmo em um cenário econômico desafiador. Mantivemos nosso foco na eficiência operacional e disciplina de gastos, com nossas despesas caindo apenas 1%, abaixo da inflação do período, e absorvendo ainda o incremento da nossa base de clientes e da entrada em operação de novos negócios.

Mantivemos nossa estratégia estruturada de valorização e rotação de nossos ativos, concluindo diversas transações relevantes ao longo do ano: finalizamos a venda de UHE Baixo Iguaçu, reforçamos a nossa parceria com o GIC com a venda de 50% da linha de transmissão de Itabapana, nosso 9º ativo em conjunto, ampliamos nossa participação na UHE Corumbá e realizamos também a venda de 75% da UHE Dardanelos, usina cujo controle havíamos obtido em 2023 e assim maximizando o valor do ativo para nossos acionistas.

Preservamos também nossa estratégia de crescimento sustentável, baseado em um plano estratégico sólido e na rigorosa disciplina na alocação de capital. Em 2025, realizamos um Capex recorde de R\$ 10,1 bilhões, direcionados principalmente ao negócio de distribuição e ao fim do ciclo de investimentos na transmissão.

Esses investimentos foram suportados pela nossa solidez financeira e por um robusto plano de captação, onde destaca a emissão de debêntures de Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern com o menor spread do mercado de capitais brasileiro, além de termos obtido o primeiro financiamento do JICA vinculado às metas ESG no mundo e ainda um financiamento verde de €300 milhões do Banco Europeu de Investimento para modernizar a rede elétrica da Bahia.

Em Distribuição, foram R\$ 6,5 bilhões investidos na expansão da rede, na conexão de novos clientes e na digitalização e modernização das redes, tornando-as mais resilientes frente a eventos climáticos e garantindo maior qualidade e segurança para nossos 17 milhões de clientes. Como reflexo desse robusto investimento, encerramos o ano com todas as nossas 5 distribuidoras enquadradas nos limites regulatórios de Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEI), valorizando e assegurando que nossos clientes recebam energia com qualidade, segurança e continuidade. Clientes que seguem no centro de nossa estratégia: finalizamos em 2025 a reforma e padronização de 100% de nossas lojas e fortalecemos de forma mais nossos canais de comunicação, com investimentos em esforços que nos garantiram o Prêmio CONAREC, principal reconhecimento de *Customer Experience* no Brasil.

Como consequência de todo esse investimento, fomos protagonistas no Prêmio ABRADÉE de 2025, conquistando um resultado histórico e reafirmando mais uma vez nossa excelência operacional: temos a melhor distribuidora do país - Neoenergia Cosern -, a melhor distribuidora da região Sudeste - Neoenergia Elektro - e ganhamos ainda outros 6 prêmios, com destaque para o prêmio de melhor evolução de desempenho operacional do país para a Neoenergia Brasília.

Outro marco importante no ano foi a assinatura do novo contrato de concessão da Neoenergia Pernambuco, a primeira e única distribuidora do país a obter em 2025 de forma antecipada a prorrogação da concessão por mais 30 anos. Também avançamos com os processos de prorrogação antecipada de Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro e Neoenergia Cosern, que já tiveram aprovação pela ANEEL. Em transmissão, foram R\$ 3,3 bilhões investidos, finalizando o nosso ciclo atual de investimentos no negócio com a entrega dos últimos 4 lotes previstos para 2025, que adicionaram mais de R\$ 1 bilhão de Receita Anual Permítida (RAP) ao portfólio. A Neoenergia é hoje o 5º maior player do país no segmento, com mais de 8 mil km de linhas em 15 estados e mais de R\$ 2 bilhões de RAP.

No negócio de Geração, mantivemos a alta disponibilidade de nossos ativos de geração renovável, mesmo diante de condições de mercado mais desafiadoras, com menor recurso eólico e curtailment.

No negócio de Comercialização, alcançamos recorde de venda de energia com foco no mercado varejista e entregamos nossos 2 primeiros projetos de eletrificação da indústria, além de ter iniciado o desenvolvimento de outros 5 projetos.

Nos orgulhamos de ser uma das empresas mais inovadoras do setor elétrico brasileiro: somente em 2025 foram mais de R\$ 468 milhões investidos em projetos voltados para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, com destaque para o lançamento do Projeto Noronha Verde, que descarbonizará a geração de energia no arquipélago; e a conclusão em Brasília das obras da nossa primeira planta de Hidrogênio Verde (H2V), um marco para a produção de energia limpa e para o avanço de soluções sustentáveis no país.

Mantendo nosso histórico compromisso com o desenvolvimento social das áreas onde atuamos e da equidade em nossa empresa, formamos mais de 125 mulheres em nossas Escolas de Elettricistas em 2025, representando quase 35% do total de técnicos formados. Desde sua criação, já foram mais de 1.359 alunas formadas e 1.052 contratações. Nossa Escola exclusiva para mulheres foi reconhecida em 2025 como um exemplo global de "Diversidade, Equidade e Inclusão" pelo Fórum Econômico Mundial. E por meio do Instituto Neoenergia investimos R\$ 32,5 milhões, entre recursos próprios e incentivados, com iniciativas voltadas para desenvolvimento e apoio a projetos de impacto social, beneficiando direta e indiretamente mais de 3 milhões de pessoas nos territórios onde atuamos. Essas ações reforçam nosso compromisso com a sociedade e com as metas ESG.

Por fim, a segurança e o bem-estar de nossos colaboradores permanecem como prioridade absoluta em todas as nossas operações. Realizamos diversas ações ao longo do ano para reforçar a importância da segurança no dia a dia e minimizar acidentes. Reforçamos nossas oficinas de percepção de risco das equipes de campo, aumentamos as inspeções virtuais de equipamentos e das observações comportamentais da liderança. Além disso, ganhamos a nível nacional o Prêmio ABERJE, com a campanha sobre segurança na rede elétrica durante o carnaval.

Vale ressaltar ainda que, refletindo a qualidade de nosso ambiente de trabalho e o protagonismo que nossos colaboradores detêm, fomos reconhecidos pelo segundo ano consecutivo pelo *Great Place to Work* com o título de melhor empresa para se trabalhar no setor elétrico. Além disso, conquistamos a certificação *Top Employer*, uma das certificações mais reconhecidas no mundo, refletindo nossa excelência nas práticas de gestão de pessoas e contribuição para o desenvolvimento pessoal e profissional de nossos colaboradores.

Encerramos 2025 com orgulho das nossas realizações e confiança no futuro. Essa consistência e o nosso compromisso com as entregas, com a disciplina de gastos, com a correta alocação de capital e a operação de qualidade de nossos ativos se refletiu na valorização de nossas ações em mais de 75% no ano, acima do IBOVESPA e outras referências de mercado.

Reflete ainda a confiança e o reconhecimento tanto na Neoenergia quanto no Brasil: a Iberdrola finalizou em outubro a aquisição da participação societária detida pela Previ, passando a deter 83,8% do capital social da Neoenergia e protocolou, em novembro, pedido de registro de oferta pública para aquisição (OPA) da totalidade das ações da Neoenergia.

Agradeço aos nossos colaboradores pelo empenho e ao acionistas pela confiança. Juntos, seguiremos construindo uma Neoenergia cada vez mais rentável, sustentável, inovadora e inclusiva.

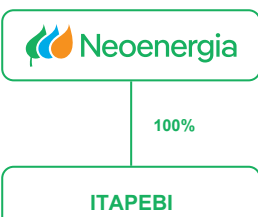
Equipe Capital e Equi
 CEO Neoenergia

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Itapebi foi constituída em fevereiro de 1998 com o objetivo de construir e operar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, localizada no Rio Jequitinhonha, município de Itapebi, divisa entre os Estados da Bahia (BA) e de Minas Gerais (MG).

Sua capacidade instalada é de 462 MW, conforme Despacho ANEEL nº 3.095 de 04 de outubro de 2012 e sua Garantia Física é de 202,1 MWh. A Companhia negocia toda a sua geração no Ambiente de Contratação Livre - ACL, por meio de um contrato de compra e venda de energia firmado com a NC Energia S.A., comercializadora do Grupo.

A Neoenergia possui 100% da participação acionária de Itapebi, conforme estrutura societária abaixo:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas no cenário global, contribuindo para um ambiente de maior risco. Nos Estados Unidos, a economia manteve crescimento moderado, com inflação dentro das bandas da meta e mercado de trabalho aquecido, sustentando um PIB resiliente. O Federal Reserve (FED) adotou postura cautelosa, mantendo juros elevados durante boa parte do ano antes de promover ajustes cortos no segundo semestre. A taxa de juros americana encerrou 2025 em 3,75%.

No Brasil, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando 2025 com alta de 4,23%, dentro das bandas da meta do Banco Central. A atividade econômica permaneceu aquecida, reforçada pela taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, e pela projeção de crescimento do PIB em 2,3% no ano. Apesar desse desempenho, a deterioração do quadro fiscal segue como fonte de preocupação quanto à sustentabilidade das contas públicas. Em resposta às pressões inflacionárias e ao ambiente externo desafiador, a política monetária manteve postura restritiva, com a taxa Selic encerrando o período em 15% ao ano.

Apesar das tensões geopolíticas e da volatilidade nos mercados globais, o enfraquecimento do dólar, que recuou 11% frente ao real, favoreceu a migração de fluxos para economias emergentes, incluindo o Brasil. Esse movimento impulsionou a retomada do investidor internacional na Bolsa brasileira, que registrou entrada líquida de aproximadamente R\$27 bilhões em 2025, contribuindo para a forte valorização do Ibovespa, que encerrou o ano com alta de 34%.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Leilão de Reserva de Capacidade de 2026

Em agosto de 2025, o Ministério de Minas e Energia (MME) abriu a Consulta Pública nº 194/2025, com o objetivo de receber contribuições para a proposta de Portaria Normativa que define as diretrizes e a sistemática do Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2026 (LRCAp 2026), voltado para usinas termelétricas a gás natural, carvão mineral e hidrelétricas.

Em outubro de 2025, foi publicada a Portaria Normativa MME nº 118/2025, consolidando as regras para a realização do certame, previsto para março de 2026.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

No 4T25, a UHE Itapebi apresentou Índice de disponibilidade de 99,34%, superior aos 96,45% registrados no mesmo período do ano anterior, reflexo das manutenções programadas realizadas no 4T24. A média de disponibilidade dos últimos 60 meses de operação foi de 96,75%, mantendo-se acima da referência regulatória.

A usina gerou 188,5 GWh no 4T25 (-31% vs. 4T24) e 674,9 GWh em 2025 (-42% vs. 2024), influenciada pela menor aflicção observada no período. É importante destacar que a menor geração tem impacto limitado no seu desempenho econômico-financeiro, graças ao Mecanismo de Reserva de Energia (MRE), que redistribui a energia gerada entre as usinas participantes para mitigar os riscos hidrológicos.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DRE (R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	55	47	8	17%	193	182	11	6%
Custos Com Energia	(15)	(6)	(9)	150%	(71)	(36)	(35)	97%
MARGEM BRUTA	40	41	(1)	(2%)	122	146	(24)	(16%)
Despesa Operacional	(17)	(15)	(2)	13%	(32)	(60)	28	(47%)
EBITDA	23	26	(3)	(12%)	90	86	4	5%
Depreciação	(11)	(11)	-	-	(44)	(43)	(1)	2%
Resultado Financeiro	(5)	(6)	1	(17%)	(13)	(22)	9	(41%)
IR/CS	(1)	(2)	1	(50%)	7	(4)	11	N/A
LUCRO LÍQUIDO	6	8	(2)	(25%)	39	17	22	129%

Itapebi apresentou margem bruta de R\$ 40 milhões no 4T25, em linha com o 4T24. Em 2025, a margem líquida foi de 96,75%, mantendo-se acima da referência regulatória.

Itapebi apresentou margem bruta de R\$ 40 milhões no 4T25, em linha com o 4T24. Em 2025, a margem líquida foi de 96,75%, mantendo-se acima da referência regulatória.

As despesas operacionais somaram R\$ 17 milhões no 4T25 (+13% vs. 4T24) e totalizaram R\$ 32 milhões em 2025 (-47% vs. 2024). A variação anual é explicada pelo reconhecimento, em 2025, de R\$ 22 milhões de indenização de seguro relacionada a sinistro na usina.

Como resultado dessas variações, o EBITDA foi de R\$ 23 milhões no 4T25 (vs. 4T24) e de +R\$ 90 milhões em 2025 (+5% vs. 2024).

O lucro líquido foi de R\$ 6 milhões no 4T25 (-25% vs. 4T24) e de R\$ 39 milhões em 2025 (+129% vs. 2024). O resultado anual incorporou o efeito positivo de R\$ 21 milhões referente à reversão de provisão fiscal registrada no 2T25, com impacto de R\$ 13 milhões em IR/CS e R\$ 8 milhões no resultado financeiro, associado à atualização monetária da provisão.

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Resolução CVM nº 156/22, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T25		4T24		Variação		2025		2024		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Lucro líquido do período (A)	6	8	(2)	(25%)	39	17	22	129%				
Despesas financeiras (B)	(7)	(8)	1	(13%)	(20)	(26)	6	(23%)				
Receitas financeiras (C)	2	2	-	-	6	7	(1)	(14%)				
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	0	0	-	-	0	(3)	3	N/A				
Imposto de renda e contribuição social (E)	(1)	(2)	1	(50%)	7	(4)	11	N/A				
Depreciação e Amortização (F)	(11)	(11)	-	-	(44)	(43)	(1)	2%				
EBITDA = A - (B + C + D + E + F)	23	26	(3)	(12%)	90	86	4	5%				

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MM)	4T25		4T24		Variação		2025		2024		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Renda de aplicações financeiras	1,8	1,4	0,4	29%	7,5	6,7	0,8	12%				
Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida	(5,9)	(4,5)	(1,4)	31%	(22,8)	(18,0)	(4,8)	27%				
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(0,9)	(2,6)	1,7	(65%)	1,9	(10,7)	12,6	N/A				
Variações monetárias e cambiais - outros	0,1	0,2	(0,1)	(50%)	0,5	0,1	0,4	400%				
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	0,7	(0,7)	1,4	N/A	8,6	(3,0)	11,6	N/A				
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(1,7)	(2,1)	0,4	(19%)	(7,2)	(7,7)	0,5	(6%)				
Total	(5,1)	(5,7)	0,6	(11%)	(13,3)	(22,0)	8,7	(40%)				

O resultado financeiro foi de -R\$ 5,1 milhões no 4T25 (vs. -R\$ 5,7 milhões no 4T24), refletindo efeito positivo associado à atualização de contingência no trimestre. Em 2025, o resultado financeiro totalizou -R\$ 13,3 milhões (vs. -R\$ 22,0 milhões em 2024), variação explicada, principalmente, pelo impacto positivo de R\$ 8 milhões decorrente da reversão dos encargos financeiros relacionados à atualização monetária de provisão para contingência fiscal de IR/CS, registrada no 2T25.

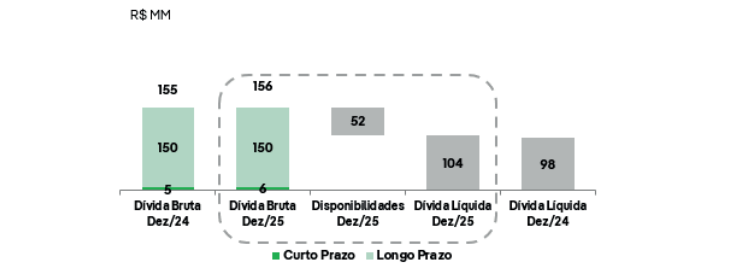
8. INVESTIMENTOS

Os investimentos em Itapebi totalizaram R\$ 41,8 milhões em 2025, impulsionados principalmente pelos desembolsos destinados à reparação de um dos geradores da usina.

9. ENDIVIDAMENTO

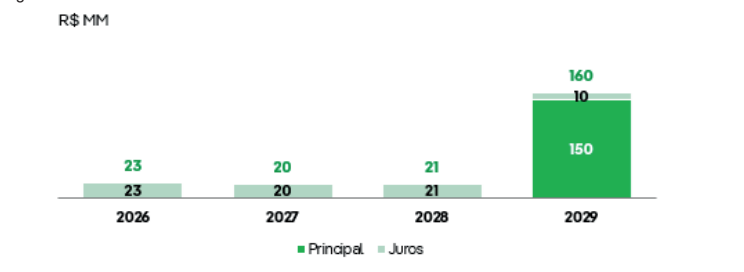
9.1. Posição de Dívida

Em dezembro de 2025, a dívida líquida da Companhia, que considera caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 104 milhões (dívida bruta de R\$ 156 milhões), apresentando crescimento de 6% (R\$ 6 milhões), quando comparada a dezembro de 2024. Quanto à segregação do saldo devedor, a Itapebi concentra 96% da dívida contabilizada no longo prazo.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025.



10. OUTROS TEMAS

10.1. Práticas de Gestão

10.1.1. Remuneração de Acionistas

A Itapebi possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. A Companhia ainda poderá realizar o pagamento de dividendos adicionais, acima da remuneração mínima, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme Política de Distribuição de Dividendos disponível no site da Neoenergia (<https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa>).

Em 2025, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- Dividendos de R\$ 4.668 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 14/04/2025 e pagos em 26/06/2025;
- Juros sobre Capital Próprio de R\$ 7.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 25/06/2025 e pagos em 12/11/2025;
- Juros sobre Capital Próprio de R\$ 4.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2025 e com previsão de pagamento até 31/12/2026.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2025 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

1.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo Neoenergia, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Itapebi reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Itapebi.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia e se assenta no Estatuto Social que aprovou pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, responsáveis pela tomada de decisão da Companhia, conforme abaixo.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por três representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho de Administração incluem a orientação geral dos negócios da Companhia e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor de Administração. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Conselho Fiscal

Com função independente, quando instalado, é composto por três membros titulares e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e se instala a pedido de acionistas, sempre que necessário. Atualmente, não há Conselho Fiscal instalado.

Programa de acolhimento de colaboradores em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suporte como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas; **Letramento racial e outras diversidades:** Trilha de formação para os times de RH e Marketing contribuindo para o posicionamento estratégico e sustentável da empresa com os públicos internos e externos. Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mantemos a Escola de Elettricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia, com foco na participação de mulheres, buscando a equidade de gênero no setor, uma vez que mais de 80% dos formados são contratados pela Neoenergia.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPEs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela União Europeia por estimular boas práticas das empresas, foi citada no fórum econômico mundial por possuir prática inovadora que impulsiona o ESG globalmente e foi selecionada pela universidade de Harvard para ser estudado o impacto desse projeto na sociedade e na operação. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 11% do nosso quadro de eletricitistas, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2025, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os ODS. No ano, foram registradas 4.883 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2026.

- Alguns ações de 2025 que foram destaques:**
- Inspire Meninas a Sonhar:** Colaboradoras engenheiras ou mulheres formadas em profissões de exatas, receberam na empresa **213 meninas** em idade escolar para conhecer o dia a dia de exatas mulheres, rotina, os temas abordados para que elas vejam que é possível atuar em áreas de exatas;
- Operação Quilo:** Recolheu 44,6 toneladas de alimentos em 2025, distribuídas a **132 instituições filantrópicas**, beneficiando **12.386** pessoas;
- Campagna de adoção de roupas:** Arrecadadas **24.281** mil peças, beneficiando **10.046** mil pessoas;
- Gincana da Solidariedade:** Arrecadou **54.360** mil itens de higiene pessoal;
- Semana Internacional de Voluntariado:** Iniciativa global promovida pela Iberdrola, registrou **6.122** mil horas de voluntariado no Brasil e **33.086** beneficiados. As ações incluíram mutirão de doações de sangue, esporte solidário, momento cultural com idosos e educação para crianças, entre outros;
- Árvore da Solidariedade:** Tradicional ação natalina realizada em seis estados, beneficiando **2.198** crianças, jovens e idosos em 2025.

Nº Colaboradores	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Liderança	11	16	27	40,7%
Não Liderança	22	27	49	44,9%
Total	33	43	76	43,4%

Órgão da Administração</

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2023, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante de R\$ 162.327, dos quais 155.216 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 7.111 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como Relatório de Controle Patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	192.797	182.418
Custos		(129.597)	(90.670)
Custos com energia elétrica	4	(70.767)	(36.253)
Custos de operação	5	(58.830)	(54.417)
Lucro bruto		63.200	91.748
Outras despesas gerais e administrativas	5	(17.457)	(48.607)
Lucro operacional		45.743	43.141
Resultado financeiro	6	(13.345)	(21.982)
Receitas financeiras		6.361	6.952
Despesas financeiras		(20.196)	(26.329)
Outros resultados financeiros, líquidos		490	(2.605)
Lucro antes dos tributos		32.398	21.159
Tributos sobre o lucro	7.1.1	6.778	(3.769)
Corrente		10.718	(7.586)
Diferido		(3.940)	3.817
Lucro líquido do exercício		39.176	17.390
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	16.2.a	0,46	0,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	39.176	17.390
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	-	1.237
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	(421)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos		816
Resultado abrangente do exercício	39.176	18.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Reservas de Capital		Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva especial de ágio		Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	202.525	390.128	36.992	7.667	45.663	-	4.688	687.663
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	39.176	-	39.176
Aprovação de dividendos adicionais	17.2.b	-	-	-	-	-	(4.688)	(4.688)
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de lucros	17.2.b	-	-	-	5.332	(5.332)	22.844	(11.000)
Remuneração aos acionistas	17.2.b	-	-	-	-	(33.844)	-	14.734
Saldos em 31 de dezembro de 2025	202.525	390.128	36.992	7.667	50.995	-	20.011	696.713
Saldos em 31 de dezembro de 2023	202.525	390.128	36.992	7.667	40.224	-	20.011	696.713
Lucro líquido do exercício	17.2.b	-	-	-	-	17.390	(20.011)	(20.011)
Aprovação de dividendos adicionais	17.2.b	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes								
Constituição de reservas de lucros	17.2.b	-	-	-	-	-	-	816
Remuneração aos acionistas	17.2.b	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	202.525	390.128	36.992	7.667	45.663	-	4.688	687.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("ITAPEBI" ou "Companhia") é uma empresa do Grupo Neoenergia localizada no município de Itapebi, no estado da Bahia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, localizada no município de Itapebi, no Estado da Bahia, sob o contrato de concessão de uso de Bem Público, em 1999, para exploração da área, com vigência até maio de 2039. A Companhia mantém transações relevantes com empresas do Grupo Neoenergia e segue o plano de negócios da controladora final Neoenergia S.A. na condução de suas operações, onde sua receita de fornecimento de energia é integralmente oriunda de transações com a comercializadora do Grupo com contrato vigente até dezembro de 2026. 1.1. **Gestão de Riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. 1.1.1. **Riscos Financeiros e Mercado:** As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos de derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dividas de moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dividas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" ou "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros (incluindo, mas não se limitando ao CDI).	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez associado ao excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de vencimento, estão sempre disponíveis em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 14). **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. 1.1.2. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou operacionais devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito e rating. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Rafesand	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	AAA	AAA
Santander	AAA	AAA	AAA

1.1.3. **Risco regulatório:** Ambiente Regulatório: Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude. 1.1.4. **Risco associados à geração de energia:** A energia comercializada pela Companhia depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado

13. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Em 2010, passamos a seguir as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, incorporamos os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, incluímos as diretrizes da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD), cujas recomendações foram integradas aos padrões do International Sustainability Standards Board (ISSB) em 2023. Essas normas serão obrigatórias no Brasil para empresas de capital aberto para os relatórios referentes ao ano de 2026, em atendimento à Resolução 193 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado o site da companhia (www.neoenergia.com) e o documento referente ao ano de 2025 será publicado até 30 de abril de 2026.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	39.176	17.390
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	43.829	42.789
Baixa de ativos não circulantes	270	1.347
Tributos sobre o lucro	(6.778)	3.769
Resultado financeiro, líquido	13.345	21.982
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(3.333)	661
Fornecedores e contas pagar	(1.440)	(1.583)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(966)	481
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(8.335)	(6.563)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(5.267)	(10.225)
Outros ativos e passivos, líquidos	(6.951)	(9.297)
Caixa gerado nas operações	64.559	60.751
Encargos de dívidas pagas	(21.120)	(10.496)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	-	(3.560)
Rendimento de aplicação financeira	7.532	6.682
Pagamento de juros – Arrendamentos	(264)	(535)
Tributos sobre o lucro pagos	(3.683)	(4.959)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	47.015	47.893
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(39.885)	(24.248)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(571)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	8	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(40.448)	(24.248)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	150.000
Pagamento dos custos de captação	-	(627)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	-	(130.487)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(828)	(1.483)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	-	30.488
Remuneração paga aos acionistas	(10.638)	(33.157)
Caixa (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	(11.466)	14.734
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(4.839)	38.369
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.285	17.916
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	51.386	56.285
Transações que não envolvem caixa:		
Adição e atualização de provisões capitalizadas	1.885	2.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ITAPEBI Geração de Energia S.A. ("ITAPEBI"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da ITAPEBI e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da ITAPEBI. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da ITAPEBI sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (fi.neoenergia.com).

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	51.386	56.285
Contas a receber de clientes e outros	9	24.539	21.206
Títulos e valores mobiliários		576	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	7.424	6.553
Outros tributos a recuperar		259	302
Outros ativos circulantes	10	11.165	7.894
Total do circulante		95.349	92.240
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	572	523
Depósitos judiciais	15.1	3.749	8.748
Direito de uso		1.385	1.976
Imobilizado	11	644.648	632.155
Intangível	12	241.592	254.690
Total do não circulante		891.946	898.092
Total do ativo		987.295	990.332
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	13	11.487	13.417
Empréstimos e financiamentos	14.2	6.505	4.923
Passivo de arrendamento		738	1.016
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		9.555	10.521
Tributos sobre o lucro a recolher	7.1.3	201	842
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	5.781	5.720
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		3.693	3.404
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.1	3.400	-
Provisões	16	10.211	9.733
Outros passivos circulantes		2.282	3.119
Total do circulante		53.853	52.695
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14.2	149.708	149.584
Passivo de arrendamento		851	1.144
Tributos sobre o lucro a recolher	7.1.3	1.693	21.935
Alugueis	7.1.2	22.598	18.658
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	9.017	7.758
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		22.368	23.192
Provisões	16	12.681	24.722
Outros passivos não circulantes		3.375	2.981
Total do não circulante		222.291	249.974
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	17	711.151	687.663
Total do patrimônio líquido		711.151	687.663
Total do passivo e do patrimônio líquido		987.295	990.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	223.666	213.039
Outras receitas	316	(1.047)
Recicla de construção de ativos próprios	26.362	19.644
Subtotal	250.344	231.636
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(44.849)	(9.983)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(32.361)	(28.864)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(28.244)	(14.127)
Subtotal	(105.454)	(82.974)
Valor adicionado bruto	144.894	148.662
Depreciação e amortização	(43.829)	(42.789)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	101.065	105.873</

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	7.532	6.682
(-) Tributos sobre receita financeira	(453)	(353)
Outras receitas financeiras ⁽¹⁾	(764)	623
6.361	6.952	
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽²⁾	(22.826)	(15.084)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais ⁽³⁾	9.458	(3.518)
Fee de garantia	(1.637)	(1.462)
Taxas	(4.238)	(5.038)
Tributos	(238)	(463)
Outras despesas financeiras	(479)	(764)
(20.196)	(26.329)	
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	-	(8.472)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	-	790
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	(1.254)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	6.276
Outras variações monetárias, líquidas	490	55
490	(2.605)	
Resultado financeiro líquido	(13.345)	(21.982)

(1) Em 31 de dezembro de 2025, incluiu o valor de baixa de atualização de depósitos judiciais R\$ (1.380), resultado do encerramento de 8 causas trabalhistas, frente a atualização monetária dos depósitos judiciais e outras receitas. (2) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre o custo em moeda nacional (CDI) e amortização de custos de captação; (3) Em 31 de dezembro de 2025, incluiu o valor de baixa de atualização de contingências; Trabalhistas (R\$ 4.079), Cíveis (R\$ 457) e fiscal (R\$ 7.639) atrelada a incertezas dos tributos sobre o lucro, frente a atualização monetária dos passivos ambientais e contingentes jurídicos.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. **Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. 7.1.1. **Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	32.398	21.159
Efeitos reconhecidos na legislação - 34%	(11.015)	(7.194)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	3.740	2.469
Incentivos fiscais SUDENE	5.411	5.439
Amortização de ágio	(4.227)	(4.227)
Outras adições (reversões) ⁽¹⁾	12.868	(256)
Tributos sobre o lucro	6.777	(9.769)
Alíquota efetiva	(20,921%)	19,51%
Corrente	10.718	(7.586)
Diferido	(3.940)	3.817

(1) Impacto da reversão do principal de contingência fiscal atrelada a incertezas sobre o lucro (vide NE 7.1.4).
7.1.2. **Tributos diferidos ativos e passivos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2025	2024
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL)	486	600
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	1.322	6.328
Provisões ambientais	4.450	4.311
Direito de uso da concessão	1.669	1.872
Arrendamentos capitalizados	284	282
PIR	2.912	4.377
Depreciação acelerada	(4.786)	(5.024)
Provisões de Fornecedores	2.945	2.936
Ressarcimento do Risco Hidrológico (GSF)	(31.880)	(34.340)
Total	(22.598)	(18.658)
Passivo não circulante	(22.598)	(18.658)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	Passivo	
Efeitos reconhecidos no resultado	(18.658)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(22.598)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(22.054)	
Efeitos reconhecidos no resultado	3.817	
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(421)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(18.658)	

7.1.3. **Tributos correntes ativos e passivos**

	2025	2024
IRPJ	7.405	6.469
CSLL	591	6.408
Ativo	7.996	7.076
Circulante	7.424	6.553
Não circulante	572	523
2025	2024	
IRPJ	1.693	21.935
CSLL	201	842
Passivo	1.894	22.777
Circulante	201	536
Não circulante	1.693	21.935

7.1.4. **Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuiu R\$ 1.693 e R\$ 21.935, respectivamente, reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas registradas no passivo não circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia obteve decisão judicial favorável acerca do processo 0167423-20.2017.4.02.5101, referente a nota negativa de IRPJ. Suportado pela avaliação dos consultores jurídicos, o prognóstico de risco do processo foi alterado de "provável para "remoto", resultando na reversão da provisão anteriormente contabilizada. O montante revertido corresponde a: R\$ 13.100 principal e R\$ 7.639 atualização monetária. Além das incertezas tributárias, no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 89.565 e R\$ 78.610, respectivamente, referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, com segue: (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 49.113 (R\$ 44.707 de principal e R\$ 4.406 de atualização monetária); (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 40.452 (R\$ 33.346 em 31 de dezembro de 2024). 7.1.5. **Benefício fiscal – Mais-Valia PMIPL:** O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMIPL, cujos saldos são como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	600	732
Amortização	(334)	(389)
Reversão	220	257
Saldo final do exercício	486	600

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

	2026	2027	2028	2029	Entre 2030 e 2033
Itapebi	98	84	72	62	170

7.1.6. **Política contábil material e julgamentos críticos:** a) Política contábil material: Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando os efeitos temporários entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade (tributação). A apuração do imposto de renda é positivamente influenciada pelo incentivo fiscal da SUDENE (região Nordeste), que concede redução de até 75% do IRPJ, calculada sobre o lucro da exploração. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de fluxos de tributos futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. O benefício fiscal decorrente de mais-valia e ágio (goodwill) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia. b) Estimativas e julgamentos críticos: É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos por fatores incluindo, mas não limitados, a) (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro referem-se aos riscos de que a autoridade fiscal aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. 7.2. **Outros tributos:** 7.2.1 **Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	105	304
Programa de integração social - PIS	265	251
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1.230	1.166
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.554	921
Outros	361	476
Outros tributos a recolher	3.515	3.118
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.929	8.585
Outros	1.354	354
Encargos setoriais	11.283	10.360
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	14.798	13.478
Circulante	5.781	5.720
Não circulante	9.017	7.758

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	5	3
Fundos de Investimento	51.383	56.276
Total	51.388	56.285

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 e 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2025	2024
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	50.670	56.276
CDB	713	-
Total	51.383	56.276

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico constituídos pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
Fornecimento de energia	18.853	18.608
Comercialização de energia na CCEE	5.686	2.598
Total	24.539	21.206

A Companhia não possui saldos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. 9.1. **Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil material: As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 19.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia não possui histórico de inadimplência relevante. Devido às garantias exigidas nos contratos bilaterais, a exposição ao risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis considerando inclusive que os contratos atrelados da Companhia são 100% com partes relacionadas. A CCEE também controla inadimplências do setor, reduzindo ainda mais o risco. Assim, o nível de para perdas esperadas crédito é considerado irrelevante.

10. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	2025	2024
Indenização de seguro ⁽¹⁾	4.200	-
Estoques	4.624	4.007
Despesas pagas antecipadamente	2.086	2.458
Outros	255	135
Total	11.165	7.894

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu receita de indenização de

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

seguro no montante de R\$ 22.200, decorrente de sinistro ocorrido em uma de suas unidades geradoras (UG), relacionado ao risco operacional. O valor de R\$4.200 contabilizado na rubrica de "Outros ativos circulante" corresponde a parcela homologada pela seguradora através de carta conforto e ainda não recebido. Os demais valores correspondentes à indenização foram recebidos ao longo do exercício de 2025.

11. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstrados conforme a seguir:

	Centrais de hidroelétricas	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a	2,00%	0,00%	6,25%	33,30%	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	551.277	52.024	7.191	21.660	632.156
Adições ⁽¹⁾	-	-	-	34.712	34.712
Capitalização de gastos	-	-	-	829	829
Baixas	(76)	(62)	(132)	-	(270)
Depreciação	(18.570)	(1.675)	(1.795)	-	(22.040)
Transferências entre classes	36.905	-	-	(38.238)	-
Transferências - outros ativos	-	-	-	(738)	(738)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	569.536	50.573	6.314	18.225	644.648
Custo	835.401	86.850	12.437	18.225	952.913
Depreciação acumulada	(265.865)	(36.277)	(6.123)	-	(308.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	555.256	53.695	9.565	17.884	632.156
Adições	-	-	-	23.047	23.047
Capitalização de gastos	-	-	-	1.348	1.348
Baixas	(18.654)	(1.671)	(1.338)	(9)	(21.768)
Depreciação	15.552	-	426	(15.978)	-
Transferências - outros ativos ⁽²⁾	(877)	-	-	(4.632)	(5.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	551.277	52.024	7.194	21.660	632.156
Custo	795.649	86.725	12.526	21.660	916.560
Depreciação acumulada	(247.372)	(34.701)	(5.332)	-	(287.405)

(1) Em decorrência de sinistro ocorrido na Unidade Geradora 2 (UG2) em setembro de 2024, a Companhia realizou aquisições de equipamentos e contratação de serviços especializados com a finalidade de recondicionar e estabelecer a plena operação da referida unidade. (2) Transferência de materiais de reposição para manutenção periódica de itens de imobilizado.

11.1. **Política contábil material e julgamentos críticos:** a) Política contábil material: A Companhia classifica o imobilizado em ativos imobilizados com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (impairment). A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cuja usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas à vida útil econômica das usinas, quando não passíveis de indenização conforme interação. Em Companhia dos termos e cláusulas de indenização definidos em cada contrato de concessão do serviço público. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (impairment) destes ativos, quando aplicáveis.

12. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstrados como segue:

	Concessão	Software	Outros	Ativos em formacao	Total
Taxa de amortização a.a	2,78%	6,25%	20,00%	10,00%	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	236.275	1.317	17.032	67	254.690
Amortização	-	-	-	6.092	6.092
Capitalização de gastos	-	-	-	137	137
Amortização	(16.939)	(665)	(2.461)	-	(20.065)
Transferências - entre intangíveis	-	1.315	1.891	(3.206)	-
Transferências - outros	-	-	-	738	738
Saldo em 31 de dezembro de 2025	219.336	1.967	16.462	3.828	241.592
Custo	304.618	11.809	26.040	3.828	346.295
Amortização acumulada	(85.282)	(9.842)	(9.578)	-	(104.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	253.626	959	14.976	20	269.567
Amortização	-	-	-	3.507	3.507
Capitalização de gastos	-	-	-	2	2
Amortização	(17.551)	(355)	(1.451)	-	(19.357)
Transferências - intangíveis	-	713	3.507	(4.220)	-
Transferências - outros	-	-	-	571	571
Saldo em 31 de dezembro de 2024	236.275	1.317	17.032	67	254.690
Custo	304.618	10.495	24.151	67	349.331
Amortização acumulada	(68.343)	(9.178)	(7.120)	-	(84.641)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para resarcimento do risco não hidrológico, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **18.1. Saldo em aberto com partes relacionadas**

	2025			2024		
	Subsidi-árias da Neoenergia	Acio-nistas	Total	Subsidi-árias da Neoenergia	Acio-nistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	18.853	-	18.853	18.608	-	18.608
Outros ativos (c)	-	636	636	-	745	745
	18.853	636	19.489	18.608	745	19.353
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (d)/(e)	265	1.051	1.316	386	1.316	1.702
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (f)	-	3.400	3.400	-	-	-
Outros Passivos (b)	(519)	58	(461)	(1.814)	55	(1.759)
	(254)	4.509	4.255	(1.428)	1.371	(57)

18.2 Transações com partes relacionadas

	2025			2024		
	Subsidi-árias da Neoenergia	Acio-nistas	Total	Subsidi-árias da Neoenergia	Acio-nistas	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional (a)	208.208	-	208.208	201.205	-	201.205
Custos dos serviços (a)/(d)	(48.657)	-	(48.657)	(5.144)	-	(5.144)
Despesas gerais e administrativas (b)/(e)	11.314	(1.725)	9.589	17.386	(2.275)	15.111
Resultado financeiro líquido (c)	-	(1.637)	(1.637)	-	(1.462)	(1.462)
	170.865	(3.362)	167.503	213.447	(3.737)	209.710

18.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 18.1 e 18.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Venci-mento	Ativo/ (Passivo)	Resul-tado do exercício
a)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia de curto prazo	IPCA	8 anos	2033	18.853	165.479
	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Compartilhamento dos custos de pessoal	N/A	5 anos	2027	519	11.283
b)	Neoenergia S.A.	Fee de avaliação	N/A	1 ano	2026	636	(1.637)
c)	Neoenergia S.A.	Operação e Manutenção	IPCA	5 anos	2026	-	(2.981)
d)	Iberdrola	Prestito de uso da marca	0,9% da ROL Ajustada	9 anos	2031	(1.051)	(1.051)
e)	Energia S.A.	Dividendos e JSCPC a pagar	N/A	N/A	2026	(3.400)	-

18.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

19. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025		2024	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	51.383	9	56.276
Títulos e valores mobiliários	-	576	-	-
Contas a receber de clientes e outros	24.539	-	21.206	-
Outros ativos financeiros	986	-	1.390	-
	25.528	51.959	22.605	56.276
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	11.487	-	13.417	-
Empréstimos e financiamentos	156.213	-	154.507	-
Passivo de arrendamento	1.589	-	2.160	-
Uso do bem público	26.062	-	26.595	-
Outros passivos financeiros	2.134	-	2.826	1.481
	197.485	-	199.505	1.481

CA – Custo amortizado; VJR – Valor justo por meio do resultado.

19.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos finan-

ceiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.7 (análise de sensibilidade). **19.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	51.383	51.383	56.276	56.276
	51.959	51.959	56.276	56.276
Passivos financeiros				
Outros passivos	-	-	1.481	1.481
	-	-	1.481	1.481

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

19.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA): Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2025		2024	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	156.213	162.054	154.507	161.472

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **19.5. Política contábil material:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **19.6. Métodos e técnicas de avaliação:** (i) Empréstimos e financiamentos: O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. As debentures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debentures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito da Companhia é ajustado a duration e a moeda de cada instrumento de dívida. **19.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa e futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício

seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	51.959	1.836	(264)	(531)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	14,90%	(156.627)	(25.476)	(3.821)	(7.643)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Eduardo Capelastegui Saiz Presidente	
TITULARES	
Juliano Pansanato de Souza	Giancarlo Vassão de Souza
DIRETORIA EXECUTIVA	
Marcelo José Cavalcanti Lope Diretor-Presidente	
Renato de Almeida Rocha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Fabiano da Rosa Carvalho Diretor de Regulação
Rodolfo Fernandes da Rocha Diretor de Planejamento e Controle	
DIRETORIA DE CONTABILIDADE	
Rachel Alves Pascale Contadora CRC-RJ-Nº 115915/O-3	Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Itapebi Geração de Energia S.A. i, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2025, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, tomou conhecimento dos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

Eduardo Capelastegui Saiz Presidente		Juliano Pansanato de Souza Conselheiro	
Giancarlo Vassão de Souza Conselheiro		Juliano Pansanato de Souza Conselheiro	

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Os Diretores da **Itapebi Geração de Energia S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.397.080/0001-96, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Itapebi, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; e (II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da Itapebi, alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

Marcelo José Cavalcanti Lopes Diretor Presidente		Renato de Almeida Rocha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	
Rodolfo Fernandes da Rocha Diretor de Planejamento e Controle		Fabiano Carvalho Rosa Diretor de Regulação	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Itapebi Geração de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Itapebi Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Itapebi Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de fornecimento de energia:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva, principalmente, do fornecimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Diretoria da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido aos assuntos anteriormente mencionados e à relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; (iii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios correspondente às transações de venda de energia, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (iv) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis contratuais do volume de energia entregue e do preço, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Com base nos

procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicarmos esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações fi-

nanceiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ	Jônatas José Medeiros de Barcelos Contador CRC nº 1 RJ 093376/O-3
--	---

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 12/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/12/ITAPEBI1587597812022026.pdf>
Hash: 1770846120b047c9e540b54b4f9adfcc02d6ef94f2